



tekoha

3ª edição

Publicação Especial do MPF/MS - Semana do Índio 2012

Publicação especial do Dia do Índio
Terceira edição - Abril de 2012

Definição

Tekoha: Terra Sagrada. Lugar onde os guarani realizam seu modo de ser.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Assessora-Chefe de Comunicação Social

- Nathaly Campos Feitosa

Analista de Comunicação Social

- Marcelo Christovão

Estagiárias

- Daniela Agüena
- Mayara Bueno
- Melina Isquierdo

Projeto gráfico, diagramação e arte:

- Nathaly Feitosa

Edição:

- Marcelo Christovão

Fotografias:

- Nathaly Feitosa
- Marcelo Christovão
- Aline Rosa

Colaboradores (Antropólogos/MPF):

- Jankiel de Campos
- Marcos Homero Lima

PROCURADORES RESPONSÁVEIS PELA 6ª CCR (Índios e Minorias)

- Emerson Kalif Siqueira
- Leonardo Augusto Guelfi
- Marco Antonio Delfino de Almeida
- Thiago dos Santos Luz
- Wilson Rocha Assis

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

Procurador-Chefe da PR/MS

Pedro Paulo Grubits

Procuradores da República

Carlos Humberto Prola Júnior
Danilce Vanessa Arte Ortiz Camy
Emerson Kalif Siqueira
Felipe Fritz Braga
Joana Barreiro
Leonardo Augusto Guelfi
Luís Cláudio Senna Consentino
Marco Antonio Delfino de Almeida
Ramiro Rockenbach de S. M. T. de Almeida
Raphael Otávio Bueno Santos
Ricardo Luiz Loreto
Roberto Farah Torres
Sílvio Pereira Amorim
Thiago dos Santos Luz
Wilson Rocha Assis

Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul

Avenida Afonso Pena, n. 4444 – Vila
Cidade CEP 79.020-907
Campo Grande-MS
PABX (67) 3312-7200
Site: www.prms.mpf.gov.br

EDITORIAL

As sete etnias de Mato Grosso do Sul

Esta edição da Revista Tekohá traz surpresas. Você sabia que Mato Grosso do Sul tem sete etnias, três delas ameaçadas de extinção? Para traçar o perfil dos povos indígenas e de seus territórios, mergulhamos na História e chegamos até a Guerra do Paraguai, no século XIX, um divisor de águas. A partir da Guerra, o governo brasileiro resolveu ocupar a região que é hoje é Mato Grosso do Sul, desalojando os antigos ocupantes.

Sem saber o que o futuro lhes reservava, índios **kadiwéu** e terena lutaram ao lado dos soldados brasileiros contra as tropas invasoras. A crucial participação indígena na Guerra é uma das surpresas desta edição. Sem o apoio dos índios, o país talvez tivesse outras fronteiras.

Porém, a recompensa do governo brasileiro foi a expulsão dos indígenas de suas terras, considerando-as devolutas e as vendendo aos colonos brancos. Os índios foram retirados a força dos espaços tradicionalmente ocupados e confinados em minúsculas reservas. Tal medida se tornou política de Estado e é a origem dos problemas fundiários de hoje.

A partir desse contexto histórico, montamos um painel com as etnias existentes no estado: sua história, costumes, arte e cultura peculiares. Descobrimos etnias julgadas extintas mas que ressurgiram, qual fênix das cinzas, mesmo após anos de assimilação à cultura dos brancos.

São vários os exemplos. Os índios canoeiros **guató** foram redescobertos vivendo na periferia de Corumbá. Hoje, ocupam uma ilha no meio do Pantanal. Os **ofayé-xavante**, que ocupavam extensa região, hoje são poucas dezenas que vivem em uma aldeia na divisa de MS com SP. Os **kinikinawa** não têm terra e, até pouco tempo, nem eram reconhecidos como etnia. Vivem na Reserva Kadiwéu. Em comum, os três povos lutam para manter sua cultura.

Completam o quadro, as etnias **terena**, **guarani** e **atikum**. Esta última é de Pernambuco, cujos integrantes vieram para Mato Grosso do Sul. As duas primeiras são as maiores e enfrentam vários conflitos territoriais, já que as reservas demarcadas na década de 1920 já eram diminutas na época.

A terra ancestral, que tem um valor mítico-religioso para os índios, não pode ser substituída. É o que leva, por exemplo, algumas comunidades a suportarem a dura vida nos acampamentos de beira de estrada por anos a fio, suportando dificuldades e ataques violentos. É a esperança de voltar para a terra a qual pertencem.

Os indígenas têm um conceito difícil de ser entendido por quem considera a terra apenas uma commoditie. Eles não são donos da terra mas pertencem a ela. Ela é mãe que nutre e protege e, sem ela, a cultura indígena não pode existir.

Aprecie a leitura!

Índios vão à GUERRA Pelo Brasil

A Guerra do Paraguai (1864-70) teve profundo impacto nos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. A invasão relâmpago em uma região com pequena presença militar deixou a população civil à mercê dos paraguaios, que saqueavam as vilas e incendiavam as aldeias.

Os terenas de Albuquerque foram aprisionados, levados ao Paraguai e submetidos a trabalhos forçados por quatro anos. Segundo o vice-presidente da Província, Augusto Leverger, em Miranda, duas semanas após o início da guerra: "Os índios moradores das aldeias da vizinhança, depois da evacuação da nossa tropa e antes da entrada dos paraguayos, apoderaram-se da porção de armamento que existia nos armazéns militares, e com ele hostilizaram o inimigo". Em desvantagem numérica e abandonados à própria sorte pelo governo imperial, tanto os colonos como os terenas e kinikinás das terras entre Corumbá, Bela Vista e Coxim tiveram que buscar refúgio na chapada da Serra de Maracaju.

Sob a liderança do cacique Pacalalá, imediatamente os índios passaram a abrir a mata e semear milho, feijão e abóboras. As colheitas abundantes permitiram que os refugiados se estabelecessem com segurança nessa nova comunidade híbrida de colonos, terenas e kinikinás. O tenente e engenheiro militar Alfredo Taunay (futuro visconde) foi testemunhado período.

"Em número décuplo do dos brancos, podiam os índios, como a princípio muitos receberam, libertar-se, brutalmente, da tutela em que até então haviam vivido. E não seria estranhável tal reação, dados os precedentes das relações mutuas das populações de cor diversa. Quando muito porém ficaram um pouco mais altanados e independentes, sem praticar abusos notórios nem se aproveitar das circunstâncias para reações e desforros as vezes justificados".

200 contra 16

Além não retaliar os colonos pelo tratamento cruel que receberam até então, os índios organizaram uma guerra de guerrilha contra os invasores paraguayos. Pacalalá também organizava expedições com seus guerreiros descendo os morros para laçar gado e pescar no Aquidauana. Em maio de 1866, depois de alguns dias fazendo

rapadura num canal na margem direita do Aquidauana, Pacalalá e outros dezesseis indígenas foram surpreendidos por uma companhia paraguaia de duzentos homens. Sabendo dos suplícios a que seriam submetidos caso se rendessem, o pequeno grupo decidiu enfrentar os inimigos protegendo-se atrás de árvores na mata, de onde disparavam espingardas e carabinas que haviam salvado em Miranda.

Mais de uma dúzia de paraguayos tombaram no descampado, enquanto Pacalalá corria de uma árvore para outra encorajando seus patrícios a responder ao fogo cerrado. Num desses movimentos, o jovem cacique foi fulminado por uma bala dos inimigos em retirada, falecendo instantaneamente. Todos os seus guerreiros se salvaram ilesos deste confronto, que Taunay definiu como "o mais importante dos feitos de guerra de todo o período de ocupação da zona fronteira".

Enquanto isso, os Kadiwéu faziam grandes danos nas guarnições inimigas nos rios Apa e Paraguai. No último ano de guerra, depois da tomada de Assunção, trabalharam patrulhando as duas margens do Paraguai. O efeito da guerra no povo Kadiwéu foi tamanho que um dos seus rituais, o Etogo ou Navio, faz referência direta ao evento, com a utilização de bandeiras estilizadas do Brasil e Paraguai e representações de militares e prisioneiros de guerra.

Depois da chegada de reforços de Minas Gerais e São Paulo, índios, em número desconhecido, se alistaram no Exército. Teras e kadiwéus também tiveram participação relevante na tomada e retirada da Fazenda Laguna, como auxiliares. Sendo que a maioria morreu nas mãos da cavalaria paraguaia ou pela cólera.

Ao final da guerra, em 1870, depois de terem suas aldeias destruídas e sua população dizimada pela cólera, varíola e tifo, as comunidades indígenas estavam bastante fragilizadas. Com o fim das hostilidades com o Paraguai, os índios perderam o status de guardiões da fronteira e nas quatro décadas seguintes praticamente todas as áreas terena e kinikinau foram vendidas como devolutas pelo governo estadual e transformadas em fazendas, onde os índios trabalhavam em regime escravo construindo cercas e estradas e no trato do gado.

KADIWÉU:

senhores da guerra!

Como uma etnia guerreira foi crucial para a vitória do país na Guerra do Paraguai, ganhou terras do imperador, enfrentou tropas, posseiros, a cobiça de políticos e hoje luta para reaver 160 mil hectares invadidos por fazendeiros.

Os kadiwéu são descendentes dos mbayá-guaikuru, um dos seis grupos da etnia guaicuru.

Os guaicurus eram conhecidos como guerreiros e exímios cavaleiros, escondendo-se no dorso dos animais para confundir os inimigos.

O primeiro contato dos guaicurus com o homem branco foi no século XVI, quando se depararam com europeus que percorriam o continente em busca de metais preciosos. No século XVIII, receberam grande influência dos missionários e, no século seguinte, houve contatos frequentes com os colonizadores, devido à implantação de fortes militares junto ao Rio Paraguai.

Atualmente, seus quase 1629 integrantes (Funasa, 2006) ocupam uma área próxima a Porto Murtinho, sudoeste de Mato Grosso do Sul.

A Reserva Indígena Kadiwéu, demarcada em 1981, possui 538.536 hectares, abrange áreas no Pantanal e na Serra da Bodoquena, e tem quatro aldeias: Bodoquena, Campina, Tomásia e São João. 160 mil hectares são disputados na Justiça por particulares.

Sangue por terra

A História conta que os kadiwéu tiveram grande influência na vitória da Tríplice Aliança sobre o Paraguai, em 1870. A maneira como domesticavam e utilizavam os cavalos trazia temor aos adversários.

Eram habilidosos combatentes, ágeis batedores e grandes conhecedores da região.

A cobiça dos paraguaios pelas terras ocupadas pelos kadiwéu fez com que esses indígenas declarassem fidelidade ao Imperador Dom Pedro II e lutassem pelo Brasil. Graças a seus esforços, as tropas paraguaias sucumbiram ao poderio brasileiro. Participaram de vários episódios importantes, como a conquista do Forte Coimbra, local onde os paraguaios guardavam seus mantimentos, e também a Retirada da Laguna, em 1867, quando ficaram responsáveis por vigiar as margens do Rio Paraguai, enquanto as tropas brasileiras batiam em retirada.

Com o fim da Guerra do Paraguai, Dom Pedro II reconheceu os serviços prestados pelos indígenas, doando a terra que compreende a atual Reserva.

De acordo com o antropólogo Jaime Siqueira Jr., "alguns kadiwéu chegam a especular sobre a existência de um documento assinado pelo Imperador, que estaria muito bem guardado, confirmando a posse do território". O fato é que esse documento jamais foi encontrado. A ocupação da área só foi legitimada em 1903 pela presidência do então estado de Mato Grosso, que demarcou 373.024 hectares para os kadiwéu.

As terras dos indígenas sempre foram motivo de cobiça. Além do ataque de colonos e invasores, eles tiveram que enfrentar até o exército. Em 1897 e 1898 foram enviados destacamentos militares contra os kadiwéu, inclusive com uso de canhões de campanha, em apoio a um certo coronel Malheiros, que se autointitulou dono de meio milhão de hectares na região.

Maracutaia política para tomar a terra dos kadiwéu

Em 1931, o decreto estadual nº 54 ratificou a demarcação de 1903, embora a Reserva continuasse sendo invadida, principalmente por pecuaristas. Em 1958, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso sancionou a Lei nº 1077, que tornava nula a demarcação.

Como o governador vetara a lei anteriormente, os deputados imprimiram apenas duas edições do Diário Oficial e ainda inutilizaram a gráfica do Estado para que o governador não pudesse invalidar a lei.

Com um dos exemplares nas mãos, correram para Campo Grande e registraram mais de cem pedidos de concessão de lotes de 2 a 5 mil hectares dentro das terras kadiwéu.

A lei estadual, classificada pelo sociólogo Darcy Ribeiro como "usurpação escandalosa", foi julgada em 1961 pelo Supremo Tribunal Federal, a favor dos indígenas.

Somente em 1981, 110 anos após o fim da Guerra do Paraguai, o governo brasileiro demarcou a Reserva Indígena Kadiwéu em Mato Grosso do Sul.

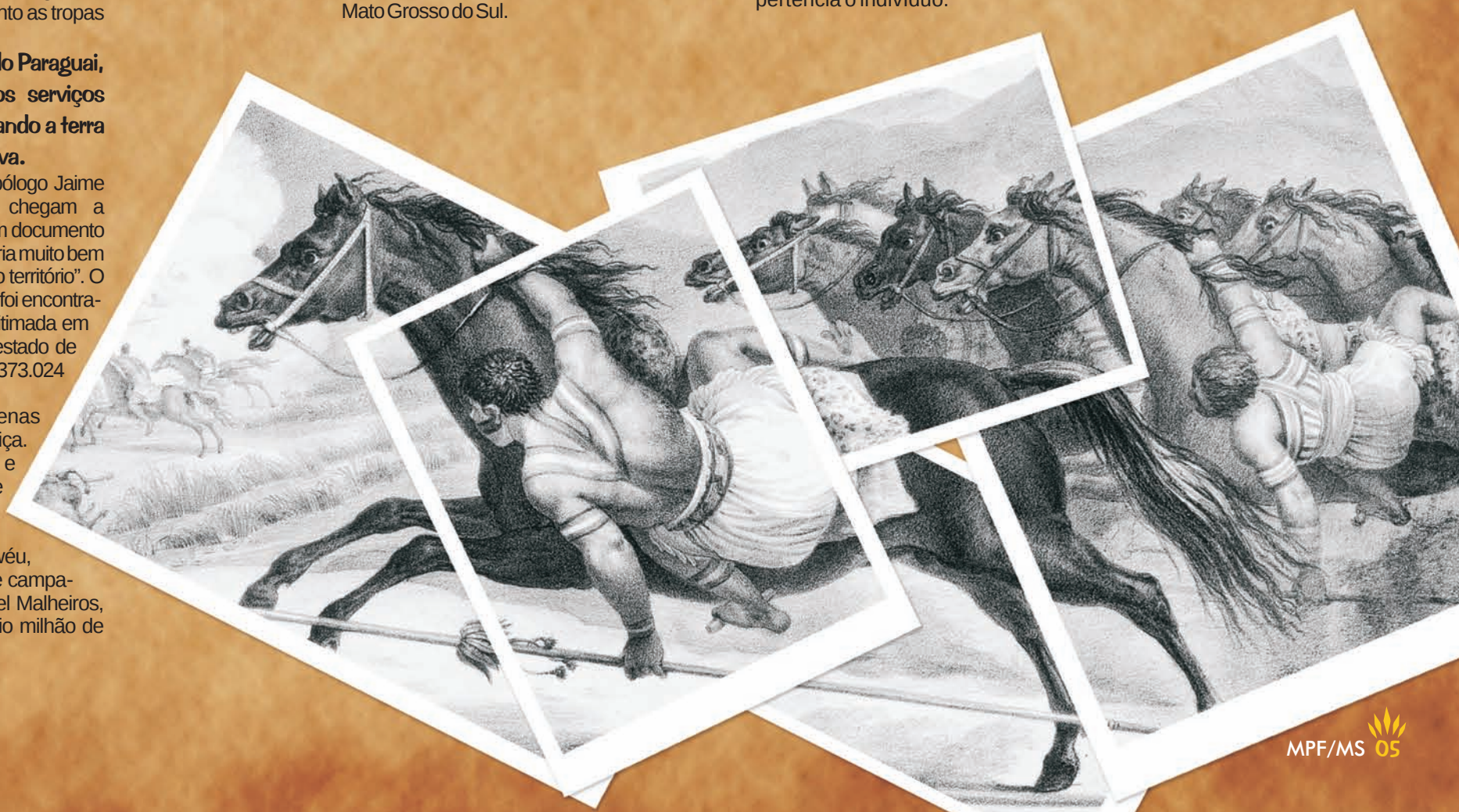
Só que os índios não ocupam todo o espaço. 160 mil hectares estão ocupados por particulares, que disputam a posse das terras na Justiça desde 1984.

Arte Kadiwéu

As principais expressões artísticas dos kadiwéu eram a pintura corporal e a cerâmica. Hoje, apenas a cerâmica é produzida. Para a pintura corporal, utilizavam suco de jenipapo e pó de carvão para obter a tinta. Os traços simétricos, muito elaborados, desenvolviam-se em um campo contínuo, indiferente à composição do rosto.

A pintura refletia a complexa hierarquia social dos kadiwéu.

As tribos eram divididas entre os "puros" - verdadeiros remanescentes dos guaicurus - e seus prisioneiros de guerra. E entre os puros havia a divisão entre nobres e guerreiros - que não podiam se misturar ou realizar casamentos entre si. As pinturas corporais eram representações gráficas da classe social à qual pertencia o indivíduo.



Claude Lévi-Strauss analisou a arte kadiwéu: "As pinturas do rosto conferem ao indivíduo a sua dignidade de ser humano, operam a passagem da natureza à cultura, do animal 'estúpido' ao homem civilizado. Cada traço livre e minucioso representa sua liberdade de expressão e seu status social". Ele comparou 400 tipos de desenhos corporais dos kadiwéu e descobriu que eles não se repetiam. A originalidade encontrava-se na maneira com que eram combinados entre si os traços simples.

Hoje, os kadiwéu produzem peças cerâmicas requintadas, com linhas bem definidas e coloridas.

As mulheres são responsáveis pela produção, que varia entre pratos, vasos e animais em miniatura. As peças fazem sucesso mundo afora, principalmente na Europa.

Ações do MPF

O Ministério Público Federal atua em questões de infraestrutura. A construção de uma escola na Aldeia Córrego D'Ouro, melhoria nos atendimentos e plantões médicos, implantação de orelhões públicos, manutenção de estradas de acesso e o direcionamento no uso das terras indígenas são as principais ações do MPF.

O uso regular da Terra Indígena Kadiwéu, como o arrendamento a não-índios para criação de gado, está em fase final de investigação.

Após várias tentativas para que a Reserva seja utilizada de forma legal, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) poderá ser proposto para a criação de parceria entre os indígenas, pecuaristas e a Funai.

A intenção do MPF é que os índios possam ter seu próprio rebanho bovino.

Censo demográfico:

População KADIWÉU - 1.364 índios

"Mas houve tempo que ninguém mais falava em nossa existência, mas entre nós sempre soubemos de nossa origem."

Trecho de autoria dos kinikinawa na carta de Corumbá, apresentada no 1º Seminário Povos Resistentes: a Presença Indígena em MS.

Por cerca de 50 anos os indígenas kinikinawa foram considerados uma etnia extinta. Obrigados a renunciar à sua própria identidade e convencidos pelo órgão indigenista oficial a se autodeclarar índios Terena, só em meados da década de 90 é que foram reconhecidos pela Funai, após persistentes exigências por parte da etnia.

Atualmente, são 250 indivíduos que vivem na Aldeia São João, dentro da Terra Indígena (TI) Kadiwéu.

Remanescentes dos guanás, ocuparam primeiramente a região entre o rio Apa e o rio Negro. Esses grupos teriam atravessado o rio Paraguai em ondas sucessivas a partir da segunda metade do século 18. Após a chegada do homem branco se espalharam pelas terras vizinhas e acabaram se subdividindo.

Em 1872, Francisco Cardoso Júnior, Diretor Geral dos Índios, escreveu que os kinikinawa totalizavam mil indivíduos. Eles acabaram se estabelecendo em Albuquerque e Miranda. Mostraram-se habilidosos agricultores, podendo inclusive ter movimentado a economia no então estado de Mato Grosso.

Os kinikinawa optaram por lutar ao lado dos brasileiros na Guerra do Paraguai. Com o fim da guerra, em 1870, a população desses indígenas, que já era pequena, foi reduzida ainda mais. Além disso, sofreram perseguições de fazendeiros e invasores que os tiraram de suas próprias terras.

Por viverem em meio aos terena, etnia predominante, acabaram ficando ocultos e sendo pouco mencionados em livros e documentos.

A referência a eles como um sub-grupo terena tornou-se usual, ainda mais após a destruição do último aldeamento pertencente ao grupo.

Auxiliados por Nicolau Horta Barbosa, chefe do Serviço de Proteção ao Índio, partiram para a região de Corvelo, onde havia terras devolutas. Com o passar do tempo foram expulsos novamente por um suposto proprietário das terras. O grupo comunicou o fato ao SPI, que os orientou a procurar a terra dos kadiwéu. Foi o que fizeram. Em 13 de junho de 1940, duas famílias, no total de 12 pessoas, chegaram à atual aldeia São João, que na época era desabitada. O Coronel Nicolau os acompanhou e determinou onde

KINIKINAWA:

etnia que não ousa dizer o nome

deveriam construir suas casas.

A partir de então, foram acolhidos pela solidariedade dos kadiwéu, que permitiram que produzissem em suas terras o básico para seu sustento, não podendo comercializar nenhum de seus produtos e ainda tendo que dividir a produção com o primeiro grupo. Em troca, deveriam vigiar os limites da área para que os homens brancos não invadissem.

Em 1997, a Prefeitura de Porto Murtinho, iniciou um trabalho de educação escolar na TI Kadiwéu com a perspectiva da implantação de escolas que atendessem às necessidades de todas as aldeias. Na aldeia São João foram realizadas discussões sobre a escola que os índios desejavam, verificando-se que a maioria rejeitava um tratamento igual àquele oferecido aos kadiwéu.

Tal acontecimento ressalta ainda mais a vontade dos kinikinawa de construir sua própria identidade.

Atualmente, eles são reconhecidos como etnia mas não possuem terra própria, ainda vivendo da solidariedade dos kadiwéus.

População KINIKINAWA - 250 índios

TERENA:

história de desrespeito do Estado brasileiro

Expulsos de suas terras pelas tropas paraguaias, e, depois, pelo Estado brasileiro, com a política oficial de considerar as terras indígenas como devolutas e aptas para venda a particulares. Tal política é a origem dos problemas fundiários de Mato Grosso do Sul, em relação a várias etnias.

Espalhada por Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e São Paulo, a etnia terena é composta por 24.776 indígenas (Funasa/2009).

Em Mato Grosso do Sul 18 mil indivíduos - a segunda maior nação indígena do estado - ocupam 22.939 hectares de áreas demarcadas.

A etnia terena é um dos 4 subgrupos da nação txané-guaná, habitantes da região do chaco paraguaio que, até o final do século XX, embora falando a mesma língua (Aruak), permaneciam separados: Terena, Echoaladi, Quiniquinau e Laiana.

Poucos são os fatores que diferem esses subgrupos. O modo de vida baseado na caça, pesca, lavoura e pecuária são aspectos característicos dos quatro subgrupos. Cultivam mandioca, milho, arroz, feijão, batatas, cana e hortaliças.

Os terena sempre estiveram ligados à agricultura, como é relatado pelos cronistas desde o século XVIII. A base econômica permitiu organização em aldeias mais populosas. Atualmente, as famílias que vivem exclusivamente da agricultura são minoria. A falta de perspectiva nessa atividade causa desinteresse pelos conhecimentos tradicionais, o que reflete na perda das tradições culturais.

O êxodo dos terena de suas terras tradicionais começou durante a Guerra do Paraguai, em fins do século XIX, com a invasão das tropas paraguaias, e seguiu depois, com a política oficial de considerar as terras indígenas como devolutas e aptas para venda a particulares.

Tal política é a origem dos problemas fundiários de Mato Grosso do Sul, em relação a várias etnias.

Em Mato Grosso do Sul, os terena estão distribuídos por 9 terras indígenas, territórios descontínuos e fragmentados, cercados por fazendas e espalhados por 8 municípios da região oeste do estado. Destacam-se as Terras Indígenas Cachoeirinha (Miranda), Taunay/Ipegue (Aquidauana), e Buriti (Sidrolândia/ Dois Irmãos do Buriti). Aquelas onde mais existem conflitos relacionados à ampliação dos limites são Cachoeirinha e Buriti.

Buriti

A Terra Indígena Buriti tem 2060 hectares, fica em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti e engloba 9 aldeias, onde vivem 3.302 indígenas (Funasa/2010): Córrego do Meio, Lagoinha, Tereré, Água Azul, Berrerrinho, Buriti, Olho D'água, Oliveira e Recanto. Ela foi demarcada em 1928 pelo Serviço de Proteção ao Índio (antecessora da Funai).

O objetivo do SPI era criar uma área de confinamento dos indígenas para liberar terras "devolutas", que seriam vendidas pelo Departamento de Terras estadual para especuladores de São Paulo e da região Sul.

O Major Nicolau Bueno Horta Barbosa, delegado do SPI, relatou em 1927 o esbulho que sofriam os terena de Buriti, citando o nome dos invasores, que hoje aparecem no início da cadeia dominial das fazendas de Sidrolândia.



"De um lado o Sr. Agostinho Rondon, de outro o Sr. Cel. Porfírio de Britto, de outro ainda o Sr. José de Souza; porfiaram em amedrontar e prejudicar aos terenos por todas as formas, até que enfim se animaram a chegar com o demarcador, que afinçou os marcos dentro mesmo das Aldeias, por entre os ranchos e roçados, em nome de um irrisório direito conferido por um título provisório dolosamente obtido do Governo, pois que systematicamente allegaram em seus requerimentos uma cultura que não tinham, ocupação que não faziam sinão por esbulho; ao mesmo tempo que occultavam a circunstancia de existirem nas terras requeridas as aldeias indígenas com suas roças e mais trabalhos!" (Barbosa, Memorial sobre as terras do correjo 'Buriti', 1927)



A ampliação da TI Buriti para 17.200 hectares segue a passos lentos. O relatório antropológico de identificação da área foi aprovado em 2001 pela Funai.

Em setembro de 2010, a área foi declarada como de tradicional ocupação indígena. A decisão é contestada na Justiça.

Cachoeirinha

Na região de Miranda, após a Guerra do Paraguai, a política de confinamento dos terena em pequenas áreas, como forma de liberar suas terras tradicionais para ocupação por colonos, gerou a TI Cachoeirinha (2660 ha), demarcada a partir de 1905 pelo Marechal Rondon e homologada em 1912 pelo governo do Mato Grosso.

À época, Rondon respeitou os limites impostos pelos proprietários, que haviam invadido as terras indígenas, como forma de garantir alguma terra para os índios: *"No meio das tremendas dificuldades (...) tive a felicidade de poder acudir sempre aos índios, refreando, ao mesmo tempo, a insolência dos desalmados chefetes que infelicitavam aqueles sertões. Assim consegui, neste período, salvar em Ipegue e Cachoeirinha os últimos pedaços de terra que aos terena e quinquinaus (sic) restavam de seus antigos vastíssimos domínios"*. (Azanha, 2004)

O processo de ampliação da reserva, ocupada atualmente por 4920 indíge-

nas (Funasa/2010), iniciou em 1982. Uma área de 36.288 hectares já foi declarada como de ocupação tradicional dos terena, em 2003, mas é contestada na Justiça.

Em 2010, uma liminar do Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da portaria declaratória apenas para a fazenda do ex-governador Pedro Pedrossian, o que impede a continuidade da demarcação para todas as outras áreas.

Violência estatal continua

Para tentar acelerar a demarcação, os terena ocupam as áreas reivindicadas, onde iniciam a construção de casas e o plantio. O medo da violência é uma constante.

Em 2009, a tropa de choque da Polícia Militar atuou agressivamente, e sem ordem judicial, para retirar os índios da fazenda Querência São José, que pertence a um ex-secretário de governo. A ação resultou em dois indígenas feridos. O MPF pediu abertura de inquérito para investigar a ação.

Em 2010, os indígenas da TI Cachoeirinha foram expulsos da fazenda Petrópolis, após permanecer na área por sete meses. A PM usou balas de borracha, cães e bombas de gás lacrimogênio.

Antes da ação da PM, os indígenas sofreram intimidações para abandonar a terra, com pistoleiros dando tiros para o alto, apesar da presença de policiais.

Ação do MPF

O Ministério Público Federal atua em todas as questões que dizem respeito aos terena. Na questão fundiária, em processos e todos os trâmites judiciais. Atua para conseguir construção de escolas, ampliação de cursos e horários, treinamento de professores, prestação de serviços de saúde, fornecimento de água potável, disponibilização de telefones públicos, acessibilidade às aldeias (construção e manutenção de estradas). Na aldeia La Lima, o MPF conseguiu a construção de uma estação completa de captação, tratamento e distribuição de água, ao custo de R\$ 500 mil.

Cultura

Utilizam argila - preta, branca, amarela e vermelha -, palha e tecelagem para reproduzir sua cultura. As mulheres utilizam essas matérias-primas na confecção de peças utilitárias e decorativas, como vasos, jarros, miniaturas de animais da região pantaneira. Os homens auxiliam na extração do barro e no processo de queima das peças cerâmicas.

Outra característica dos terenas é a dança Kipaé, mais conhecida como dança do bate-pau. Utiliza-se flauta e tambor para dar ritmo aos passos dos dançarinos. As cores da dança são o vermelho e o preto. Folhas de buriti formam as vestimentas.

Para fazer jus ao nome popular da dança - bate pau - os indígenas carregam longas taquaras nas mãos e com elas desenvolvem uma coreografia, batendo-as

com as dos outros indígenas e também no chão. A dança é composta por sete movimentos, comandados pelo cacique, que é responsável pela coreografia. A cada grito, os passos se alteram.

Aldeias urbanas

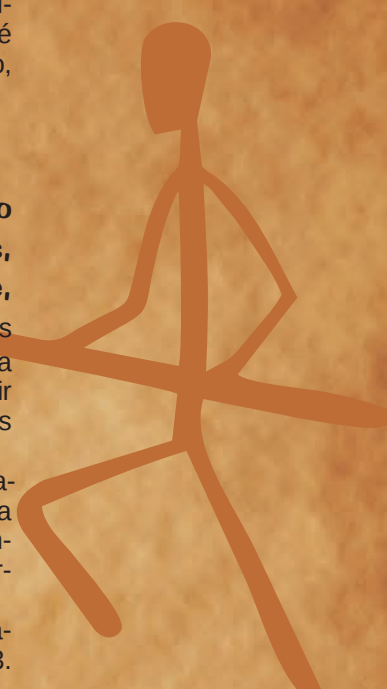
Uma peculiaridade é a inserção dos terena na periferia das cidades, principalmente em Campo Grande, capital do estado. O deslocamento das terras indígenas para a cidade começou a partir de 1960, mas se intensificou a partir de 1990. Os indígenas buscavam melhores condições de vida e de trabalho.

A capital abriga quatro aldeias urbanas: Tarsila do Amaral, Darcy Ribeiro, Água Bonita e Marçal de Souza. São basicamente conjuntos habitacionais horizontais, bairros comuns da periferia.

A aldeia Marçal de Souza homenageia o líder guarani assassinado em 1983.

A primeira aldeia urbana do Brasil, construída em meados da década de 1990, abriga famílias das etnias Terena, Guarani, Kadiwéu, Caiuá, Ofayé e Xavante.

**Censo demográfico:
População TERENA -
24.149 índios**



GUARANI:

a luta pela terra sagrada

A maior nação de MS, com 44 mil indivíduos, é o retrato de como o país trata seus índios. Confinados em pequenas reservas ou na beira de estradas, os guarani enfrentam os piores índices de violência do país, enquanto lutam pelo retorno ao mítico tekohá de seus pais e avós.

A nação guarani é da família linguística tupi-guarani, do tronco tupi. A etnia divide-se nos subgrupos guarani-ñandeva, guarani-kaiowa e guarani-mbya. A cultura guarani tem origem na cultura tupi, da qual se diferenciou no século V, e é marcada por grande movimentação dentro de seus territórios, que, em 1500, iam de São Paulo até o Rio Grande do Sul, alcançando ainda parte da Argentina e Paraguai.

Atualmente, são 32.761 índios guarani-kaiowa e 11.325 guarani-ñandeva (Funasa/2010), que ocupam reservas demarcadas no início do século XX, áreas particulares reivindicadas como tradicionais e acampamentos em beira de estradas no sul de Mato Grosso do Sul.

É a etnia com a maior taxa de mortalidade infantil do país (38 por mil nascimentos), taxa de homicídios quatro vezes maior que a média nacional e índice de suicídios de 85 por cem mil pessoas.

Em Dourados, uma reserva de 3.600 hectares comporta 12 mil indígenas, com densidade demográfica de 0,3 hectares/pessoa, uma situação de confinamento humano que impossibilita a reprodução da vida social, econômica e cultural.

Confinamento indígena, uma política de Estado

A política colonial em relação aos guarani foi, desde o início, confiná-los em espaços reduzidos para que pudessem ser

aproveitados como mão de obra escrava, já que a região que habitavam não possuía os minérios cobiçados. As missões jesuíticas, os *encomenderos* espanhóis e os bandeirantes paulistas atuaram naquele vasto território sob esta política, nos séculos XVI e XVII, chegando a cifras que passam de um milhão de índios guarani escravizados no período.

Fugindo dos colonizadores, os guarani ocuparam o atual sul de Mato Grosso do Sul no final do século XVII, onde permaneceram relativamente em paz até o começo do século XX, quando a região voltou a despertar interesse de colonizadores. Primeiro, de companhias que exploravam a erva mate. **A partir dos anos 1920, com a colonização dos territórios guarani, através da política oficial de desapropriação de suas terras pelos colonos brancos, com titulação fornecida pelo Estado.**

Para resolver a “questão indígena”, ou seja, a expulsão dos índios de terras agora valiosas para a agropecuária, o Estado brasileiro passou a confiná-los em áreas demarcadas entre 1915 e 1928 pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Oito áreas diminutas foram reservadas no sul do estado, depois de escolhidas por funcionários do órgão sem qualquer critério. **De uma hora para outra grupos diferentes, de territórios distintos, foram obrigados a dividir espaço, que se tornava sempre menor à medida que mais indígenas eram confinados.**

Isto gerou problemas que se perpetuam até hoje, como violência, desnutrição e perda de identidade cultural.

Terra e identidade

Durante décadas, muitos grupos guarani se recusaram a ir para as reservas, preferindo esconder-se nas matas ainda restantes nos territórios de ocupação ancestral. À medida que as terras eram ocupadas, os indígenas eram descobertos e, ou expulsos, ou levados às reservas demarcadas. O antropólogo Levi Marques Pereira acusa também a violência simbólica contra os índios: “A sociedade nacional impôs um completo ocultamento da sociedade indígena em sua alteridade, (ao) negar-lhe o estatuto de sociedade organizada (...) e com vínculos históricos a determinados territórios”. Construiu-se, assim, um ideário compartilhado por fazendeiros e funcionários do governo – e até hoje reproduzido – de que “lugar de índio é na reserva, todos os que não residiam em reservas estavam ilegais”.

Confinados, reduzidos a fugir dos brancos em matas cada vez mais raras, a história dos guarani em Mato Grosso do Sul tem sido, nas últimas décadas, a luta pela retomada do que eles denominam de tekohá, ou local onde a comunidade vive de acordo com sua organização social e sistema cultural.

A ligação mítico-religiosa dos indígenas com seus territórios tradicionais explica a tenacidade com que diversos grupos enfrentam as agruras de acampamentos de beira de estrada, muitas vezes situados em frente a fazendas que ocupam o antigo território guarani.

A expectativa de retomada dos territórios tradicionais voltou com força a partir da promulgação da Constituição federal de 1988, que é identificada pelos índios como início de um “tempo do direito”, por ter determinado a demarcação dos territórios indígenas no país. A partir de então, os movimentos reivindicatórios cresceram, embora a ação estatal continuasse omissa.

Foi a partir de novembro de 2007, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta entre a Funai e o Ministério Público Federal, que a demarcação das primeiras terras guarani desde o início do século XX deu os primeiros passos. Pelo acordo, a Funai se comprometia com a entrega de relatórios de identificação e delimitação de 39 terras indígenas no estado, em cinco anos.

O sangue guarani corre pela terra

Ação do MPF acendeu a esperança nos indígenas mas despertou a oposição do setor produtivo e político do estado.

Dezenas de ações judiciais procuraram barrar a produção dos relatórios de identificação de territórios tradicionais guarani, passo inicial para a demarcação. Enquanto isso, as comunidades se mobilizaram, ocupando áreas consideradas tradicionais.

O embate explodiu em violência contra os indígenas. Multiplicaram-se os assassinatos de líderes e os ataques a acampamentos. Apesar das mortes, dos feridos e da destruição dos acampamentos, apenas os autores de um desses ataques foram levados a júri. **Denunciados pelo MPF, em fevereiro de 2011 três pessoas foram condenadas pela morte do cacique Marco Veron, ocorrida em janeiro de 2003.**

Mesmo assim, foi preciso que o MPF conseguisse a transferência do júri de MS para São Paulo, por falta de isenção dos jurados locais. Ali, foi preciso enfrentar o judiciário, que não permitiu que as testemunhas indígenas depusessem em sua própria língua - direito garantido pela Constituição e tratados internacionais - o que levou o MPF ao abandono do júri, retomado depois.

Para o antropólogo Marcos Homero Ferreira Lima, o caso da juíza que pensava que os indígenas eram brasileiros sem identidade histórica diferenciada, faz parte do ideário destinado a “negar o direito dos guarani às suas terras de ocupação tradicional. Retratá-los como sem história é negar a antiguidade da presença destas populações em Mato Grosso do Sul. Nas disputas fundiárias, de um lado, estão proprietários. De outro, as comunidades indígenas. **A Justiça deveria localizar o lugar do índio na história; deveria ter em mente a coexistência de histórias, das quais a dos colonos pioneiros é apenas uma face da moeda. É isto, ou de nada valem as mudanças pós Constituição de 1988.**

Censo demográfico:

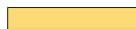
**GUARANI-KAIOVÁ - 32.761
GUARANI-NHANDEVA - 11.325**

Situação fundiária indígena em Mato Grosso do Sul

Fonte: Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio (Funai)
MARÇO DE 2011



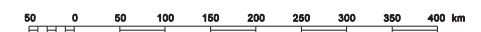
DESCRIÇÃO DAS FASES DE REGULARIZAÇÃO

-  **EM ESTUDO / RESTRIÇÃO**
TERRA INDÍGENA EM FASE DE ESTUDOS OU COM PORTARIA DE RESTRIÇÃO DE USO
-  **DELIMITADA**
TERRA INDÍGENA COM RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO E LIMITES APROVADOS PELA FUNAI
-  **DECLARADA**
TERRA INDÍGENA COM RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO E LIMITES RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
-  **HOMOLOGADA**
TERRA INDÍGENA COM A DEMARCAÇÃO HOMOLOGADA PELA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
-  **ENCAMINHADA COMO R. I.**
TERRA INDÍGENA ADQUIRIDA, EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO OU REGISTRADA COMO DOMINIAL
-  **REGULARIZADA**
TERRA INDÍGENA COM REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E NA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO

LEGENDA

-  Coordenação Regional da FUNAI
-  Coordenação Técnica Local
-  Capital
-  Cidade
-  Limite internacional
-  Limite estadual
-  Faixa de fronteira de 150 km (linha aproximada)
-  200 milhas marítimas (linha aproximada)
-  Rodovia
-  Hidrografia
-  Terreno sujeito a inundação
-  Amazônia Legal

ESCALA 1:5.000.000



Projeção Policônica
Meridiano Central: -54°
Datum Horizontal: SAD 69
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil, IBGE, 2001

Em anexo à TEKOHA III, confira lista completa de Terra Indígenas em MS, discriminadas por etnia, população e localização.

"Guató. Viviam à margem do rio Paraguai, subindo às vezes o rio São Lourenço, no Estado de Mato Grosso (Extintos)".

O veredito, publicado em 1957 pelo antropólogo Darcy Ribeiro, no artigo "Culturas e línguas indígenas do Brasil", junto com a falta de levantamentos demográficos do Serviço de Proteção ao Índio declararam a etnia indígena guató como extinta. **Foram quase 30 anos no esquecimento, até que missionários pudessem identificar remanescentes morando na periferia de Corumbá.**

Na época, muitos deles retornaram às terras de origem. Hoje, em uma reserva de 10.984 hectares na aldeia Uberaba, uma ilha no Pantanal Sul-Mato-Grossense, os guató tentam manter a cultura de uma etnia marcada pela interferência do homem urbano.

Guerra do Paraguai

Palco da Guerra do Paraguai, o pantanal foi uma das regiões mais afetadas pelas batalhas do confronto. O conflito armado entre o Paraguai, que buscava uma saída para o escoamento de seus produtos, e a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Uruguai e Argentina durou cinco anos. Foi neste período, na segunda metade do século XIX, que os guató foram quase dizimados.

Nativos e conhecedores da região pantaneira, com seus ciclos de cheias e secas, os índios foram os principais aliados do Exército Brasileiro. Como guias, e como soldados, lutando contra os paraguaios, o contato com a sociedade intensificou-se. E a ajuda tornou-se um dos maiores inimigos dos guató. A varíola atingiu as aldeias e causou a redução populacional dos índios. Ao mesmo tempo, foram expulsos de suas terras.

A ocupação da região pelos colonos fez com que os índios buscassem refúgio em locais de difícil acesso - como a Ilha Ínsua - e, posteriormente, a periferia de Corumbá (MS), Cáceres, Cuiabá e Poconé (MT).

A busca pelo reconhecimento

A identificação de uma etnia viva aconteceu em 1976, quando a irmã salesiana Ada Gambarotto encontrou em Corumbá filhos de guató. Juntamente com a Pastoral Indigenista, organizou excursões e reuniões até comprovar a existência do grupo indígena. Um ano depois, a Funai produziu três relatórios antropológicos (1977, 1978 e 1984) para delimitar e reconhecer a Terra Indígena Guató.

Aluta pela terra durou anos, já que ela passou a ser domínio do Ministério do Exército após a Guerra do Paraguai, com o argumento de que a área fazia parte da fronteira Brasil-Bolívia. **Foi por meio de um acordo entre o Ministério do Exército e a Funai, que os guató retomaram a posse de parte da Ilha Ínsua, a 350km de Corumbá. A área foi homologada em 2003. Outra parte da ilha ainda é ocupada pelo Exército e por pequenas fazendas.**

Cultura

Os primeiros relatos sobre a etnia datam de 1543, quando o conquistador espanhol Alvar Núñez "Cabeza de Vaca" visitou ilhas ao longo do Rio Paraguai.

Desde os primeiros contatos, os guató são descritos como um grupo de famílias isoladas, vivendo de forma autônoma, o que mostra a adaptação dos índios aos ciclos de cheias e secas do pantanal, que causa o afastamento e a necessidade de mobilidade.

O último grupo canoeiro remanescente do Pantanal, os guató tem na navegação a característica mais marcante, tradição repassada há séculos e que permanece até os dias de hoje. **A canoa, principal meio de transporte, é produzida pelos próprios índios.**

A língua guató, falada apenas por 4 integrantes vivos, faz parte do tronco linguístico macro-jê. Os guató transformam as palhas da palmeira acuri e as fibras do camalote em

cestos, tapetes e esteiras para dormir. Usam também a fibra de tucum, espécie de palmeira, na confecção de abanos e mosquiteiros para se proteger da grande quantidade de insetos que habitam a Ilha.

Hierarquicamente, a família guató é patriarcal. Hoje, a liderança da aldeia se concentra no Cacique Severo e sua esposa, Dalva. Das antigas festas tradicionais, os índios conservam a viola de cocho, que anima as reuniões até hoje, chamadas de cururu.

Habitação

Chamada de movir, a casa tradicional dos guató é construída de maneira simplificada e está ligada a três fatores: o período de cheias e secas, a forma de organização social e a grande mobilidade fluvial.

Atuação do MPF

Em 2010, o MPF em Corumbá conseguiu que a Justiça Federal determinasse à Funai a instalação da Coordenação Técnica Local em Corumbá/MS. Na mesma ação, assegurou-se o fornecimento regular do combustível necessário ao deslocamento da comunidade até o centro urbano de Corumbá. Reuniões com a Prefeitura de Corumbá e a Funasa, hoje Sesai (Secretaria de Saúde Indígena), conseguiram normalizar o atendimento médico e odontológico à comunidade.

A falta de atendimento médico chegou a causar a morte de recém-nascidos na aldeia. **Atualmente, a maior demanda da comunidade é a ampliação da Escola Indígena João Quirino de Carvalho – Toghopanã, sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.**

GUATÓ: extinção e reconhecimento

A agonia da língua guató

Se há quase 30 anos a etnia guató passou da extinção ao reconhecimento, o mesmo não aconteceu com o seu idioma. Com um grupo de apenas cinco falantes, a língua classificada como em ameaça de extinção pela Unesco perdeu mais um integrante.

Uma das poucas na aldeia que falava fluentemente o idioma tradicional, a índia Júlia Caetano faleceu na manhã de 2 de abril. Com 111 anos, era uma das indígenas mais idosas do Brasil e vivia às margens do Rio Paraguai, na companhia do filho Vicente.

Censo demográfico:
População GUATÓ - 182 índios

GOCÔ ARÉRO
TYTO VOGUN
O GE COM

"NOSSAS
VIDAS
SÃO OS RIOS"

ATIKUM

do sertão
para o cerrado

Etnia indígena originária do sertão pernambucano, os atikum chegaram a MS na década de 1980, buscando melhores condições de vida. Reconhecidos apenas em 1949 como etnia indígena, eles lutam agora pelo reconhecimento do direito à terra.

Terra seca, baiano, cabeça chata. São inúmeros os apelidos que os índios atikum estabelecidos em Mato Grosso do Sul recebem. Enoque Vicente da Silva, atikum de 71 anos, há 32 anos em MS, afirma que “não é bom a pessoa ser uma coisa e se esconder em outra sombra”, ou seja, negar as origens nordestinas do grupo. Quando confrontado com o ceticismo sobre a sua condição de índio, ele diz não retrucar. “Basta eu saber (quem sou)”.

Os indígenas atikum são originários da Serra de Umã, município de Floresta, no sertão de Pernambuco. São 5.183 pessoas (Funasa/2010), a maioria concentrada na Área Indígena Atikum, demarcada em 1996 pelo governo federal. As primeiras menções aos índios atikum datam da década de 1940, quando procuraram o Serviço de Proteção ao Índio em busca do reconhecimento oficial de sua etnia e suas terras. O reconhecimento como etnia deu-se em 1949. Suas terras foram demarcadas em 16.290 hectares em 1996.

Os atikum são um povo altamente miscigenado com outros grupos indígenas e quilombolas da região. Sua cultura tem aspectos afro-brasileiros, seguem a religião católica, falam somente o português e tem um tipo físico que os assemelha ao sertanejo nordestino, com a pele negra.

Os primeiros indígenas atikum chegaram a MS no início da década de 1980. Atualmente, são 118 indivíduos, que habitam a aldeia Cabeceira, na Reserva Indígena Terena de Nioaque, no sudoeste do estado. Estão ali por generosidade dos índios terena, que os acolheram e permitiram que vivessem e produzissem em uma área desabitada da Reserva. Ali, o plantio e a criação de animais dão cada vez mais lugar ao trabalho em fazendas e usinas de álcool da região.

Sem língua nem religião próprias, os atikum mantêm apenas um traço cultural original, a dança ritual Toré, em que os dançarinos vestem-se com roupas de palha e executam canto e dança em roda, com versos em forma de exaltação.

Terra atikum

O Ministério Público Federal, como defensor constitucional dos direitos indígenas, atua para que a União disponibilize uma área em Mato Grosso do Sul para os atikum. Neste sentido, discute-se a viabilidade da transferência de uma área da União para a Prefeitura de Nioaque, que em troca disponibilizaria uma área municipal para o assentamento da etnia. As negociações estão adiantadas.

Censo demográfico:
População ATIKUM - 52 índios

OFAYÉ-XAVANTE:

terra de índio

à terra de gado

História de perseguição e violência que resultou na substituição de um povo pela agropecuária. Luta de uma etnia que por 20 anos ficou esquecida, chegando a ser considerada extinta.

Terra. Para alguns, pedaço de chão. Para outros, propriedade rural. Para os ofayé-xavante, toda a sua história. Não há como falar em ofayé sem considerar o seu vínculo com a terra.

Expulsos, perseguidos, dizimados e até considerados extintos, de um povo de 2 mil indivíduos que dominavam as terras de Mato Grosso do Sul - da Serra de Maracaju ao Alto Paraná -, hoje se resumem a 60 índios em cerca de mil hectares no município de Brasilândia, sudeste do estado.

Os ofayé-xavante, ao longo dos anos, perderam mais que espaço territorial; tiveram sua cultura modificada; sua tradição, em parte, esquecida e sua

língua quase perdida. O artesanato tradicional já não existe mais e apenas doze pessoas falam fluentemente ofayé.

“Antes a gente não podia falar o idioma na cidade, a gente sofria pressão pra não falar ofayé. No começo, quando eu era pequeno, era muito difícil. Como não falava português, as crianças me convidavam pra brincar e eu não conseguia me comunicar. A gente brincava em gestos”, relata José de Souza, atual cacique da tribo ofayé-xavante.

José e todo seu povo encaram até hoje o desafio de cultivar a tradição em meio às consequências de um passado de pressão e de uma inevitável aculturação.



Séculos de história

A Terra Indígena Ofayé foi adquirida há pouco mais de 10 anos, mas a história dessa etnia começou a ser registrada há séculos por expedições que adentraram o sul do antigo estado de Mato Grosso para ocupar e explorar a região.

O nome xavante foi acrescentado ao ofayé por uma confusão etnológica. Baixinhos e truncudos, tal como os índios de Mato Grosso, os exploradores acreditaram se tratar da mesma etnia. Apesar de povos distintos, a nomenclatura continuou. Marcas de um passado, herança do primeiro contato com os brancos.

Gado no lugar de índio

No início do século 19, começou no Centro-Oeste a busca terras para implantação de pastos. A violência das “entradas” – como eram chamadas as incursões pelo sertão – fragmentou a tribo ofayé em pequenos grupos. **Ao invés do gado, os índios é que foram confinados. De donos da terra, passaram a mão de obra barata nas fazendas da região.**

Espalhados, cada vez mais dispersos e acometidos por várias doenças, os ofayé foram, aos poucos, esquecidos, até serem considerados extintos.

Por 20 anos não se ouviu falar em ofayé-xavante. A tese de extermínio foi publicada por cientistas e pesquisadores. Uma máscara aceita e usada pelos órgãos indigenistas para esconder a necessidade de solucionar o problema de expropriação das terras ofayé.

Mas a máscara caiu

Em 1976, o jornal O Estado de São Paulo, em matéria do jornalista Luiz Carlos Lopes, tirou os índios do anonimato. A reportagem contou a situação desumana de 24 índios abandonados, sem terra e doentes, que viviam em “seis casebres, praticamente construídos numa clareira da fazenda Boa Esperança” e que nunca tinham recebido visita da Funai.

“A gente passava muita fome na aldeia, não tinha o que comer nem nada. E eu era sozinha. Meu pai morreu de doença e minha mãe no parto. Com 9 anos, comecei a trabalhar na casa dos outros. Lavava prato pra ganhar o que comer”, conta a índia Neuza da Silva, hoje com 43 anos.

Dois anos depois da matéria no Estadão, em 1978, a solução fundiária encontrada pela Funai foi juntar todos os índios em um só lugar, a Terra Indígena (TI) Kadiwéu -

do outro lado de Mato Grosso do Sul, há 655 km de distância da terra ofayé.

“Num dia, quando estava trabalhando, vieram e levaram todo mundo daqui pra Bodoquena. A Funai veio, pegou meus parentes e colocou num caminhão. Eu estava fora e fiquei pra trás. Chorei muito. Dia e noite”, conta dona Neuza, que na época tinha quase 10 anos.

Ela ficou abandonada na cidade e aos 12 anos acabou se casando com o pai de seus filhos, “pelo menos tinha uma casa pra morar”. Neuza, mesmo só, aguardou: “pensei que nunca mais ia ver meus parentes, mas eu nunca desanimei”.

De volta pra casa

E a confiança da índia tinha fundamento. O vínculo dos ofayé com a terra jamais foi desfeito. **Oito anos depois da transferência para os kadiwéu, eles voltaram, ainda que a pé, às suas origens.** Neuza, que tinha ficado pra trás, não foi somente referência sanguínea, mas também abrigo para seus familiares.

O retorno não foi fácil, principalmente pela ocupação das terras para criação de gado. Os ofayé foram recebidos como estranhos em suas próprias terras. Depois várias expulsões, eles conseguiram se agrupar às margens do Rio Paraná e começaram a se mobilizar para ter a garantia de um território só seu.

Após algumas tentativas de demarcação sem sucesso e com o apoio da imprensa e da sociedade civil, os ofayé-xavante conseguiram que a Funai realizasse estudos antropológicos para estabelecer seus territórios tradicionais.

Em 1992, a portaria nº 264 do Ministério da Justiça reconheceu como tradicionalmente indígena 1937 hectares localizados às margens do Córrego Sete. **Contudo, os ofayé, mais uma vez, correram o risco de perder suas terras, agora para instalação de uma usina hidrelétrica.**

Por água abaixo

Com o acionamento das turbinas da já construída hidrelétrica Sérgio Mota, antiga Porto Primavera, parte da terra declarada pelo Ministério da Justiça seria alagada. O impasse resultou em uma negociação: a Companhia Energética de São Paulo (Cesp), a título de indenização, pagaria por uma área definitiva para os ofayé.

O Ministério Público Federal (MPF), ao lado dos índios, negociou as cláusulas de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). No acordo, a Cesp se comprometeu a depositar R\$ 1,6 milhão para aquisição de terras e de equipamentos agropecuários. O governo do

estado, em contrapartida, viabilizaria a construção de moradias e a implementação de projetos rurais.

Assinaram o acordo, em 2002, o MPF, representantes da Comunidade Indígena, a Cesp, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

A cidade mora ao lado

Hoje, os ofayé-xavante vivem em uma Terra Indígena de pouco mais de mil hectares, distante apenas 12 km da cidade de Brasilândia. A aldeia possui 18 casas de alvenaria, escola, posto médico e centro comunitário. Todas as construções têm água encanada e energia elétrica.

“Se eu tivesse no mato, vivesse apenas no meio dos índios e nunca tivesse contato com a civilização, ia querer só ter caça e pesca. Mas não, vivemos perto da cidade. Também queremos o conforto de uma casa de tijolo e o acesso a meios de produção”, enfatiza o cacique ofayé.

De milhares a dezenas. De donos a mão-de obra. De dominantes a dominados. De índio a gado. Hoje os ofayé finalmente conquistaram o direito de viver na terra de seus ancestrais. Em uma língua quase extinta, algumas palavras sobrevivem e não por acaso: anondji, “terra sagrada”; aga-chô-e, “esta é a nossa casa”, xe-he-guí, “aqui é o lugar onde eu quero morrer”.

Ações do MPF

O Ministério Público Federal, responsável constitucionalmente pela defesa dos povos indígenas, participou da assinatura do TAC e continua acompanhando a etnia ofayé-xavante. Na Procuradoria da República em Três Lagoas existem duas ações civis públicas ajuizadas e seis inquéritos em tramitação.

Os procedimentos abrangem diversos assuntos, tais como segurança alimentar; saúde; acesso a serviços de telefonia pública; pagamento de tarifa diferenciada ou mesmo isenção de pagamento da energia elétrica consumida pelos índios; e conversão de escola regular em escola indígena – uma tentativa de preservar o idioma quase extinto por meio do ensino da língua materna, com professores índios e materiais adaptados.

Censo demográfico:

População OFAYÉ - 60 índios



Mito ofayé:

A origem do mel

No princípio do mundo, o Guará era o dono do mel. Seus filhos viviam lambuzados de mel, mas ele o recusava a outros animais. Quando eles pediam, ele lhes dava o fruto do araticum. Certo dia, o Jabuti anunciou que queria trazer o mel para todos. Depois de ajeitar bem sua carapaça, entrou na toca do Guará e pediu o mel. Ele negou que tinha mas como o Jabuti insistia, permitiu que ele deitasse de costas e bebesse o mel de uma cabaça dependurada em cima dele, até se saciar.

Aproveitando-se da distração do Jabuti, que estava entregue a seu banquete, o Guará mandou seus filhos juntarem lenha. Amontoaram em torno do Jabuti e tocaram fogo. Tudo em vão, pois o Jabuti continuava a empanturrar-se. Quando a cabaça ficou vazia, o Jabuti levantou-se, espalhou as brasas e disse ao Guará que agora ele deveria dar mel a todos os animais.

O Guará fugiu. Liderados por Jabuti, os animais o perseguiram pelo cerrado até cercá-lo e o preá atear fogo no sapezal. Enquanto o círculo de fogo se fechava, os animais se perguntavam se o Guará estava mesmo ali, pois apenas uma perdiz tinha saído das chamas. Mas o Jabuti sabia que o Guará havia se transformado na perdiz, por isso não tirou o olho dela. Obedecendo ao Jabuti, os animais correram na direção seguida pela perdiz. A perseguição durou vários dias. A cada vez que alcançavam a perdiz, ela voltava a voar. O Jabuti subiu na cabeça de outro animal para ver melhor e percebeu que a perdiz se transformara em abelha. Ele fincou uma estaca no chão para marcar a direção que ela havia seguido. A caçada continuou sem resultados. Os animais estavam desanimados. “Nada disso”, declarou Jabuti, “caminhamos apenas três meses e ainda nem chegamos à metade do caminho. Olhem a estaca lá longe, atrás de vocês. Ela está mostrando o caminho certo”. Os animais olharam para trás e viram que a estaca tinha se transformado na palmeira pindó.

Eles andaram sem parar. Finalmente, os animais viram a “casa” das abelhas, cuja entrada era protegida por vespas venenosas. Uma após outra, as aves tentaram aproximar-se, mas as vespas as atacavam; as aves caíam tontas e morriam. Mas a menor delas, um Pica-pau, conseguiu evitar as vespas e colheu o mel. “Então meu filho”, disse Jabuti, “agora temos o mel, mas é muito pouco; se o

comermos acabará logo”. Jabuti pegou o mel e deu uma muda a cada animal, para que plantasse. Assim a planta crescia e sustentava as abelhas. Quando houvesse mel em quantidade, os animais voltariam.

Passado muito tempo os animais começaram a ficar preocupados com suas plantações de mel e pediram para maritaca ir ver o que estava acontecendo. Quando ela voltou disse: “O calor é demais, lá tem seca brava, não deu pra chegar lá”. Os animais que concordaram em se aventurar em seguida acharam mais cômodo parar no meio do caminho: o papagaio num pé de mangaba, a arara-azul em uma mata agradável e, para explicar seu fracasso, eles invocaram a temperatura tórrida. Finalmente, o peregrinho voou tão alto, quase alcançando o céu, que conseguiu chegar até as roças, que regurgitavam de mel.

Assim que foi informado, o chefe dos animais resolveu ir até lá para ver com seus próprios olhos. Inspeccionou as casas das abelhas. Muita gente havia comido o mel que havia recebido para plantar e, assim, não tinha mais; outros animais tinham mel em quantidade suficiente, enterrado raso e, portanto fácil de extrair. “Isto não vai durar” disse o Jabuti, “esperem um tempo e haverá mel para todos”. Enquanto isso, ele soltou as abelhas na mata.

Mais tarde, ele chamou todos, disse-lhes que pegassem as machadinhas e fossem procurar mel. “Agora a mata está cheia, tem de tudo: mel de abelha borá, mandaguari, jati, mandaçaia, caga-fogo, tem de tudo, enfim. Se não quiserem uma qualidade de mel, passem para a próxima árvore. O mel não acabará nunca, contanto que peguem a quantidade que possam levar nas cabaças”.

Mel e civilização, experiência dos contrários

O mito narra um episódio ocorrido nos primórdios do mundo, quando ainda não havia distinção entre os humanos e os animais. Por isso o mel, produto selvagem, foi integrado ao patrimônio da humanidade quando esta ainda vivia no “estado de natureza”, antes da distinção entre cultura e natureza, homem e animal.

Neste mito, o mel (que os índios situam no reino vegetal) é uma “planta” única, pois seguiu o caminho inverso das outras, indo

do cultivado para o selvagem. Seu atrativo gastronômico (que leva as personagens do mito a uma jornada de muitos meses) é tão poderoso que, caso esteja à disposição numa plantação, o homem abusa dele devorando-o ainda “imaturado” ou esgotando sua capacidade de reprodução.

O mel é tema comum dos mitos sul-americanos por ser um alimento dos mais requintados, ao mesmo tempo em que não necessita passar pelo processo culinário, atividade mediadora entre a natureza e a sociedade e que distingue os homens dos animais de forma tão fundamental como a agricultura. O controle do fogo é um elemento importante da narrativa, primeiro com o Guará tentando cozinhar o Jabuti e depois sendo queimado pelo preá (que, segundo os ofaié, ensinou os humanos a fazer fogo e cozinhar). Assim, estrutura do mito seria também perpassada por oposições temáticas: cru/cozido/queimado; incendiário/incendiado/não-incendiável.

O cru também tem como polo oposto o podre e é a partir dessas categorias que se desenvolve a relação entre o Guará e o Jabuti. O primeiro é conhecido pelo seu forte odor, sendo associado ao processo de putrefação; já o segundo é o animal que mais se aproxima do imputrescível, sendo famoso pela longevidade e capacidade de sobreviver debaixo da terra por vários meses.

Junto com Jabuti, triunfa sobre Guará o Pica-pau. Esta ave é chamada de “dona do mel” por diversos povos, devido ao seu hábito de comer abelhas dos troncos de árvores; enquanto os Guará tem nos frutos podres a maior parte de sua dieta.

Parece também haver uma oposição espacial ou sazonal expressa nos polos seco e úmido, talvez resultado do modo de vida ofaié: ora na mata ciliar na beira dos rios, onde levavam uma vida sedentária pescando e fazendo roças; ora no cerrado, com poucas sombras e rios, onde viviam como nômades caçando e coletando mel e frutos (como araticum, pindó e mangaba). O próprio mel é amplamente associado a ambientes secos e à sede.

A temperatura tórrida do lugar onde cresce o mel cultivado é descrita em termos de estação seca: “Lá tem seca brava”. Assim, somos levados a conceber o mel do passado e o mel do presente menos como termos contrários do que como termos de intensidade desigual. O mel cultivado era um super-mel: abundante, concentrado num lugar só, fácil de coletar. Vantagens que acarretam os inconvenientes correspondentes - come-se mel demais, depressa demais, e ele acaba. Aqui, do mesmo jeito, a evocação do mel sob uma forma hiperbólica acarreta condições climáticas igualmente hiperbólicas: o super-mel exige uma hiper-estação seca que, como sua hiper-abundância e hiper-acessibilidade, praticamente impede que se possa aproveitá-lo. (Lévi-Strauss, pp. 63-69)

Idiomas indígenas

O Mato Grosso do Sul abriga sete idiomas indígenas de cinco famílias diferentes, sendo a região brasileira com maior diversidade linguística fora da Amazônia.

IDIOMA --- Família Linguística

KAIOVÁ	Tupi-guarani
NHANDEVA	Tupi-guarani
KADIWÉU	Guaicuru
TERENA	Aruak
KINIKINÁU	Aruak
GUATÓ	Guató
OFAIÉ	Ofayé

Os linguistas estimam que no século 16 existissem cerca de 1.200 idiomas indígenas no Brasil. Apenas 181 sobreviveram até hoje e um quarto deles deve desaparecer até 2050, fazendo do Brasil o país com o maior número de idiomas classificados como em risco crítico de extinção (usados apenas por avós e idosos). Três línguas nesse estágio são exclusivas do Mato Grosso do Sul: guató, com quatro falantes; kinikináu, com onze falantes; e ofaié, com doze falantes.

Estudos recentes demonstram que a perda linguística tem impacto negativo na conservação da biodiversidade. O conhecimento tradicional indígena engloba uma grande gama de sistemas de classificação botânica, ecologia da paisagem, tipos de solos, nichos ecológicos e variedades de plantas cultivadas (como os milhos guaranis). Além disso, cada idioma reflete uma visão de mundo e sistema de valores únicos.

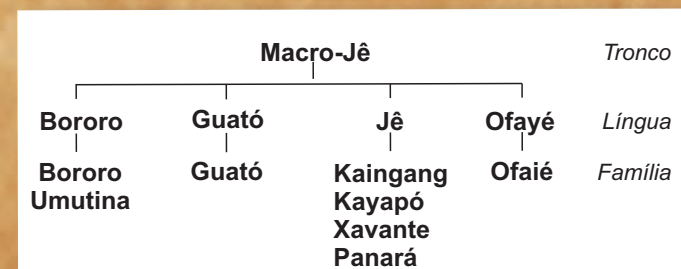
Pelo menos desde a metade do século 19 há registros escritos da diminuição da diversidade linguística no MS. O caso mais conhecido é dos Panará, chamados na época de Caiapós do Sul. Devido à expansão da frente pecuária no nordeste do estado, eles buscaram refúgio nas cabeceiras do Rio Xingu, onde vivem até hoje.

Através de seu trabalho como guias de militares, aventureiros e geógrafos, os índios sul-mato-grossenses deixaram seus idiomas gravados na toponímia do estado:

Kadiwéu: Aquidauana: *akidí* = rio, *uaana* = estreito. Rio Taboco (fun-do). Nioaque: corruptela de *anhu-ac* (clavícula quebrada). Rio Chapena: *exapena* = presilha de cabelo. Rio Naitaka: corruptela de *neni-takadi* = lugar da mentira. Morro Lalima: *lalimagadi* = sumidouro. Rio Nabileque: barro escorregadio. Córrego Agachi: corruptela de *ewagachigo* = bando de capivaras.

Terena: Rio Aquidabã (nome de um povo indígena). Morro Chané (nome de um povo indígena). Município de Terenos.

Guarani: Maracaju: *mbaracá* = chocalho, *dju* = sagrado. Anhanduí: corruptela de *nhambuy* = rio dos nhambus. Itaporã (pedra bonita). Tacuru (cupinzeiro, formigueiro). Taquarussu. Rio Iguatemy. Rio Tereré. Córrego Anhuma (ave preta). Córrego Jaguarê (onça). Fazenda Nhuvirá (*nhú* = campo, *verá* = resplandecente).



Territórios tradicionais e o direito produzido pelos Estados nacionais

Deborah Duprat

Vice-PGR e Coordenadora da 6ª CCR

O ingresso da expressão territórios, na acepção de espaço étnico e cultural, é bastante recente no direito produzido pelos Estados nacionais. A sua significação estava reservada ao espaço físico correspondente a um Estado-nação, sendo, ao mesmo tempo, um de seus elementos constitutivos.

Os ordenamentos jurídicos sempre foram relutantes em dar ao termo significado diferente daquele que se consolidara, em especial no período pós-descolonização, e que passara a ser caro ao direito internacional.

Direitos dos povos indígenas

Mesmo a recente Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos dos Povos Indígenas, que faz uso recorrente da expressão *territórios indígenas*, traz cláusula advertindo que os direitos ali previstos não autorizam ou fomentam ações que eliminem ou coloquem em risco, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes. Não obstante, a existência de territórios étnico-culturais no interior dos Estados nacionais é hoje uma realidade jurídica que não pode ser contestada.

A Declaração da ONU utiliza os termos *terras* e *territórios*, mas não cuida de distingui-los. Já a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, tem os territórios dos povos indígenas e das populações tribais como *a totalidade do habitat das regiões que esses povos ocupam ou utilizam de alguma forma*.

A Constituição brasileira de 1988 não emprega o vocábulo *territórios*. Faz uso da expressão *terras tradicionalmente ocupadas*. Todavia, conceitua-as como aquelas *habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições*.

Há, assim, uma equivalência entre os significados das expressões *terras tradicionalmente ocupadas*, tal como consta na Constituição brasileira, e *territórios*, tal como concebido na Convenção 169 da OIT. Nos dois casos, a proteção jurídica não está limitada ao espaço geográfico da ocupação, indo além para alcançar todo o ambiente de que se faz uso tradicional, incluída a sua potencialidade de abrigar as gerações futuras.

No mesmo sentido, o Decreto 4.887/2003, que caracteriza as terras das comunidades remanescentes de quilombos como sendo aquelas utilizadas para a sua *reprodução física, social, econômica e cultural*.

Mais recentemente, o Decreto 6.040/2007 passa a se valer do termo *territórios tradicionais*, conceituando-os como os *espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária*.

Muito além do território

Ao lado do reconhecimento formal dos territórios dos povos e populações tradicionais, há uma série de dispositivos tendentes a assegurar a sua proteção e dar eficácia ao comando que lhe serve de norte: a garantia, aos diversos grupos formadores da sociedade nacional, de preservar os seus *modos de criar, fazer e viver*, bem como as suas *formas de expressão*.

A primeira providência que se recomenda é que os territórios estejam, de fato, sob o controle dos grupos que os constituem. Como consequência lógica e necessária, a impossibilidade de remoção compulsória, bem como a garantia de retorno.

Qualquer atividade de terceiros em relação a esses territórios, ainda que estatal, fica a depender do consentimento prévio informado dos membros do grupo.

Porque esses territórios estão referidos a grupos portadores de identidade e cultura específicas, a sua definição deve considerar os modos de *fazer, criar e viver* que se revelam no presente. A tradição, ao contrário da imemorialidade, sofre os influxos do tempo, vê o passado com os olhos voltados para o presente, reatualiza-se permanentemente.

Outro dado a ser considerado nessa definição é o que diz respeito à ocupação. Quando os vários textos normativos falam em *terras tradicionalmente ocupadas*, certamente remetem o significado de *ocupação* ao próprio grupo. Assim o é porque a ocupação é em si também tradicional, revela-se a partir dos *modos de criar, fazer e viver*, expressos no cotidiano do grupo.

Rompe-se, portanto, com a noção que permeou por longo tempo o direito brasileiro, desde a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, de que a única ocupação a se legitimar é aquela onde haja terra cultivada e morada habitual.

Por fim, o conjunto de dispositivos legais não permite dúvidas quanto à absoluta ausência de similitude entre território tradicional/propriedade privada e ocupação tradicional/posse civil, desautorizando que institutos de natureza civilista possam ser invocados, acriticamente, para tratar de tema que diz imediatamente com a configuração sócio-cultural do Estado nacional.



Assessoria de Comunicação Social

